

Cotidiano e coletividade: dinâmicas nos abrigos para refugiados venezuelanos em Roraima

Júlia de Queiroz Pereira Luiz Alves

Orientadora: Profa. Dra. Vera Magiano Hazan (PUC-Rio).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa PIBIC/CNPQ/CAPEs (cód. 001), PUC-Rio, 2018-19.

Este artigo é um desdobramento da pesquisa de Iniciação Científica "Habitar a rua e viver a cidade: os impactos dos fluxos e migrações na fronteira do Brasil com a Venezuela" junto à Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio, destinada ao estudo multidisciplinar de fluxos e permanências de migrantes e refugiados. O objetivo deste artigo é discutir a chegada e o abrigamento de venezuelanos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima, abordando as dinâmicas diárias sob a ótica dos espaços

habitados. Através do contato com o Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), foi possível realizar uma visita de campo ao estado de Roraima e sua infraestrutura de acolhida, que norteou a pesquisa e as indagações aqui expostas. A partir de observações críticas e propositivas, a pesquisa busca discutir esse tema latente na contemporaneidade e traçar caminhos mais humanitários na criação de espaços para sociabilidade e moradia humana em situação de emergência.

Palavras-chave: cotidiano; adaptabilidade; refúgio.

Quotidian and collectivity: dynamics in shelters for Venezuelan refugees in Roraima

This article is an outcome of the undergraduate research project "Inhabit the street and live the city: the impacts of migratory flows at the border between Brazil and Venezuela," linked to the Sérgio Vieira de Mello Academic Chair at PUC-Rio, dedicated to studies and academic activities for human rights, refugee law and policy, and migration issues. This paper aimed to discuss the arriving and sheltering of Venezuelans in the cities of Pacaraima and Boa Vista, in Roraima state, approaching the daily dynamics through the lenses of inhabited spaces. The field trip to the state of Roraima and to its sheltering infrastructure that guided this research happened with the help of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Based on critical observations, but also as being proactive, the research seeks to discuss this latent contemporary theme and new and more humanitarian ways in order to create spaces for sociability and housing in the midst of emergency situations.

Keywords: quotidian; adaptability; refuge.

Cotidiano y colectividad: dinámicas en los amparos para refugiados venezolanos en Roraima

Este artículo tiene sus orígenes en el proyecto de investigación "Habitar la calle y vivir la ciudad: los impactos de los flujos y migraciones en la frontera entre Brasil y Venezuela" con la Cátedra Sérgio Vieira de Mello para Migraciones de PUC-Rio, con enfoque en la multidisciplinariedad de estudios sobre flujos y la permanencia de migrantes y refugiados. El objetivo es analizar la llegada y el amparo hacia los venezolanos en las ciudades de Pacaraima y Boa Vista, en Roraima, abordando la dinámica diaria a través de los espacios habitados. Por medio del contacto con la Agencia de la ONU para Refugiados (ACNUR), fue posible hacer una visita de campo al estado de Roraima y ver su estructura de amparo, además de llevar nuestra investigación y cuestionamientos expuestos aquí. Basado en observaciones críticas y propositivas, la investigación busca discutir este tema contemporáneo latente y investigar nuevos y más humanitarios modos de crear espacios para la socialización y viviendas en situaciones de emergencia.

Palabras clave: cotidiano; adaptabilidad; refugio.

1. INTRODUÇÃO

Em 2018, em paralelo à pesquisa “Habitar a Rua e Viver a Cidade: impactos de fluxos e migrações na fronteira do Brasil com a Venezuela”, da qual esse artigo é fruto, iniciou-se a editoria de um dos números da Revista Prumo, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sobre o tema “Êxodos e migrações”, editado pela Profa. Dra. Vera Magiano Hazan e pelo pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PPGARQ) Michel Masson, visando abordar, de um ponto de vista multidisciplinar do campo ampliado da arquitetura e urbanismo, a chegada, inserção e relação de imigrantes no ambiente urbano.

Foi através da publicação da revista que se deu a aproximação e a inserção da pesquisa na Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) da PUC-Rio para Migrações e Refúgio, resultando na participação na missão/pesquisa multidisciplinar da CSVM/PUC-Rio em Roraima a convite do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A partir desta viagem, financiada pelo ACNUR, nasceu o braço de estudo sobre “Impactos dos fluxos e migrações”, que investiga o acolhimento de refugiados e migrantes no meio urbano, alinhando-se ao pensamento da cidade como abrigo. Tal percepção mostra-se pertinente ao tema geral de nossa pesquisa, que observa e analisa a capacidade de acolhimento da cidade, expandindo o sentido de leitura da palavra “habitar” para além de sua interpretação ligada a casa e ao doméstico, entendendo o espaço urbano como uma grande casa.

Embora, inicialmente de caráter amplo, foi a partir da oportunidade de uma imersão de campo em Roraima que o estudo específico do caso de acolhimento de refugiados venezuelanos em solo brasileiro se iniciou — com grande enfoque nos espaços de abrigo em Boa Vista, capital do estado nortista, e na cidade fronteiriça de Pacaraima, porta de entrada da maior parte dos refugiados.

Quanto aos espaços visitados, vale notar que mesmo não sendo públicos, os abrigos possuem características em comum com praças urbanas. São exemplos

seu caráter de coletividade — incluindo a variedade de origens e destinos de seus usuários — e sua efemeridade, uma vez que, mesmo agindo como espaço de habitação, a noção de temporário jamais deixa de permeá-los, seja pelos aspectos construtivos dos equipamentos, seja pela própria lógica operacional que os dirige. Os abrigos, em ambas as cidades visitadas, não fogem a essa percepção, apresentando aspectos peculiares ao local geográfico em que se encontram e o fluxo migratório do qual fazem parte. Sendo assim, apresentam-se como objetos com uma gama diversa de elementos que concernem ao objetivo de estudo.

No decorrer desse artigo, serão apresentadas percepções sobre o contexto da chegada dos venezuelanos a Roraima, abordando quem são e como ocorre sua entrada no Brasil, bem como sua distribuição em meio aos atuais treze abrigos existentes em Pacaraima e Boa Vista. Trataremos, também, de um olhar sobre as características desses locais de acolhida, apresentando suas diferenças e semelhanças, além de aprofundamentos temáticos sobre aspectos que permeiam a vida nesses espaços: compartilhamento, regras e hierarquia, sua relação com a cidade ao redor, o ócio e o trabalho, entre outros.

2. A CHEGADA A RORAIMA

De acordo com o último relatório da organização Response for Venezuelans (R4V), divulgado no dia 5 de julho de 2019, já deixaram a Venezuela, desde 2015, 4.054.870 de pessoas. Segundo projeções da Organização Internacional para as Migrações (OIM), caso seja mantido o ritmo atual, esse número poderá chegar a 5 milhões até o final do ano de 2019.

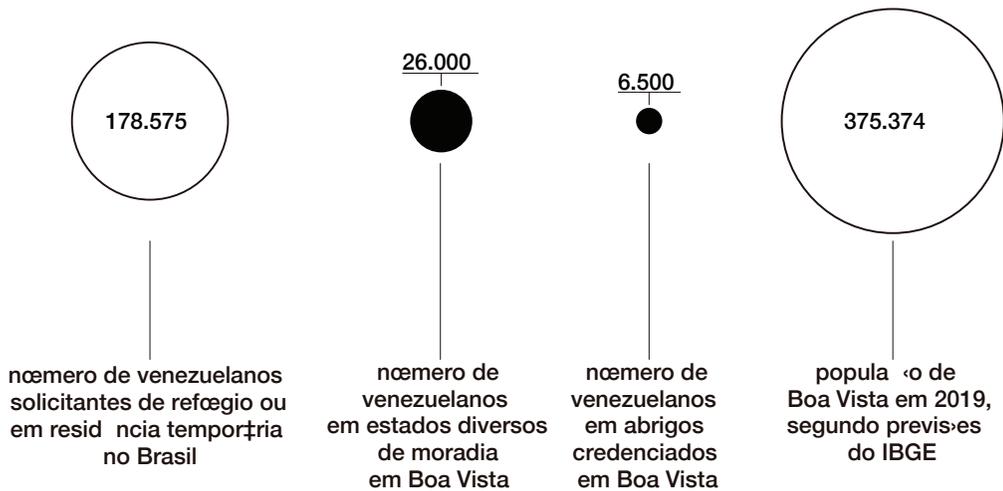
Ainda segundo a R4V, no ranking dos países que mais recebem imigrantes oriundos da Venezuela o Brasil se encontra em uma posição bem abaixo da esperada para uma nação vizinha e considerada como a grande potência de sua macrorregião. Estamos atrás de boa parte dos demais vizinhos latino-americanos, em especial a Colômbia, que hoje soma 1.298.300 refugiados venezuelanos em seu território desde o início da crise, ocupando o topo da



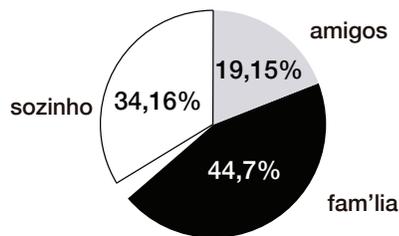
FIG. 1:

Mapa elaborado a partir de dados da PF, ACNUR, OIM, IBGE, R4V e Google Maps sobre a situação migratória resultante da crise venezuelana em relação aos países da América do Sul e Central junto a fotografias tiradas na ocasião da missão da CSVN à Roraima, em setembro de 2018.

Fonte: Mapa elaborado pela autora e fotos de Vera Magiano Hazan.



- grupos de travessia entre migrantes venezuelanos -



-  **drenagem**
falhas na infraestrutura urbana
-  **acesso à água**
abrigo mínimo ao corpo e dignidade
-  **insolação**
especificidades climáticas
-  **descarte**
precariedade e temporalidade
-  **acesso à informação**
essencial nessa situação vulnerável

FIG. 2:

Gráficos elaborados a partir de dados da OIM e ACNUR. Percebe-se, através dos números, a situação de inchaço das estruturas locais frente ao intenso fluxo migratório. O diagrama sobre o estado de refúgio busca sintetizar a situação de fissuração social e do indivíduo resultante dos sucessivos traumas e incertezas.

Fonte: Elaborado pela autora.

lista de destinos. Equador, Peru e Chile também absorveram um número maior de imigrantes do que o Brasil. Ao todo, dos mais de 4 milhões de venezuelanos que já emigraram, apenas 168.357 passaram pelo Brasil, permanecendo menos de 100 mil; 25 mil dos quais ainda estão em Boa Vista, a maior parte em abrigos, mas alguns ainda em situação de rua. Em função da falta de perspectivas de trabalho, muitos usam o solo brasileiro como escala, procurando chegar, por exemplo, aos Estados Unidos e à Europa, especialmente à Espanha, em função do idioma¹.

Ainda que o número de imigrantes venezuelanos que procuram o Brasil como alternativa seja relativamente inexpressivo, o grande fluxo via Roraima mostra a fragilidade da nossa estrutura e da fronteira remota de um dos estados brasileiros mais isolados, estrutural e economicamente. A cidade de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, possui apenas 15.580 habitantes em toda sua área — de acordo com estimativas do IBGE para 2018 — e é uma das portas de entrada para os migrantes. Observando-se a média de 450 pessoas por dia chegando ao posto da Polícia Rodoviária Federal em maio desse ano, pode-se dizer que entrava na cidade, em um único mês, o equivalente a toda a sua população urbana e rural. Se esse efetivo acontecesse em grandes cidades, como no Rio de Janeiro ou São Paulo, não seria tão representativo, mas na pequena Pacaraima, ou mesmo em toda Roraima, o número mostra-se extremamente expressivo no cotidiano, sobretudo num contexto municipal de apenas 22% do território urbanizado.

A rápida ampliação do fluxo de migrantes e solicitantes de refúgio demandou das Forças Armadas e organizações internacionais a ampliação da estrutura junto à fronteira e a criação e ampliação de abrigos, especialmente em Boa Vista. A capacidade de absorção do novo contingente populacional, entretanto, mostrou-se complicada tanto em Pacaraima quanto em Boa Vista, nos mais diversos aspectos.

Conforme o agravamento da crise venezuelana, o movimento daqueles que entravam no Brasil pela fronteira terrestre foi se modificando. No início, em 2015, o trânsito ainda era pendular,

com venezuelanos em busca de trabalhos temporários ou itens de compra, não muito distante da relação de trocas comerciais mantida até então entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, cidade no lado venezuelano. Por ser uma fronteira seca, o fluxo de brasileiros e venezuelanos sobre a linha de divisa era rotineiro — a população brasileira abastecia seus veículos na Venezuela, com preços de combustível muito mais em conta, e os venezuelanos compravam mantimentos em Pacaraima. Contudo, em 2016, o movimento de fixação começou a se fortalecer com a chegada de migrantes "permanentes", a maioria com certo respaldo financeiro e formação profissional².

Em 2017, entretanto, chegaram grupos mais vulneráveis, a maior parte cruzando a fronteira a pé, percorrendo cerca de dois a três dias de caminhada de Pacaraima até Boa Vista. Ao longo de 2018, os números aumentaram e muitas famílias continuaram entrando no país. Em 2019, apesar das constantes ameaças de fechamento da fronteira e redução dos direitos dos refugiados, a procura pelo Brasil permaneceu, e a maioria chegou em condições ainda mais precárias que anteriormente, sem perspectivas de sair do estado, a menos que consigam participar do programa de interiorização³.

O aumento de fluxo e as dificuldades de lidar com a crescente demanda de estrutura de migração exigiram do governo federal e da sociedade civil um novo desenho de intervenção: a criação da Operação Acolhida, comandada pelo Exército Brasileiro, desde abril de 2018, junto às demais instituições atuantes na área, como o próprio ACNUR e a OMI, entre outras que gerenciam os abrigos.

A situação de refúgio e abrigamento em Roraima foge, em muitos aspectos, do imaginário comum sobre o tema, baseado em notícias dos milhões que chegam à Europa por mar ou por terra ou dos imensos campos de concentração do hemisfério norte, que mais parecem cidades informais. Os três pontos de divergência mais explícitos entre a situação europeia e a de Boa Vista e Pacaraima são: a localização da fronteira entre Brasil e Venezuela no contexto amazônico e latino-americano; a existência de contingentes migratórios indígenas e não indígenas; e a inserção dos locais dos abrigos, em sua maioria

dentro da malha urbana, com relativa proximidade ao centro de ambas as cidades. Essas características acabam por gerar adaptações no modo operacional dos órgãos atuantes na área, refletindo na estruturação desses espaços.

A questão mais marcante sobre a localização geográfica da fronteira é o isolamento frente a ambos os países envolvidos. Por parte da Venezuela, a cidade mais próxima às terras brasileiras é Santa Elena de Uairén, com cerca de 30 mil habitantes, integrando a Unidade Federativa de Bolívar. A região se caracteriza por grandes extensões de planícies verdes, mata fechada e chapadas. Embora Bolívar seja o maior estado venezuelano, sua densidade demográfica é baixíssima, já que a maior parte da população do país concentra-se na costa caribenha. Até mesmo a presença de estradas é escassa, em função de grandes áreas de preservação ambiental.

Do lado brasileiro o cenário não é muito diferente. Roraima faz parte da Amazônia Legal, nome dado à demarcação territorial feita pelo governo brasileiro para a implantação de programas de planejamento e desenvolvimento socioeconômico na região amazônica, e figura como o estado menos densamente povoado do país, com uma taxa de 2,33hab./km² — a título de comparação, o estado do Rio de Janeiro apresenta 381,87hab./km². Fora isso, há, historicamente, um esquecimento quanto aos fluxos pan-amazônicos, tanto no âmbito acadêmico quanto nas atuações dos governos. Frente a essa realidade, o Batalhão de Infantaria de Selva é a principal atuação brasileira de controle de fronteira, um "braço forte" do Exército Brasileiro (EB), com ações humanitárias em comunidades ribeirinhas e indígenas. Esse contexto leva à já citada inabilidade estrutural e econômica de Roraima de absorver esse fluxo recente.

Outra questão curiosa na relação Brasil-Venezuela é o fornecimento de energia elétrica de Roraima, único estado desconectado do sistema nacional. Desde julho de 2001, grande parte do estado, incluindo Boa Vista, é suprida por energia elétrica comprada da Venezuela, por meio de um sistema de transmissão situado

parte em território venezuelano, parte em território brasileiro. Isso mostra que, em governos anteriores, a cooperação entre os dois países de fato existia, e a fronteira era um espaço de trocas e relações positivas entre as populações.

A respeito do contingente migrante, que atravessa a fronteira por um percurso terrestre apelidado de "caminho verde", a principal peculiaridade é a presença de duas frentes: um movimento de entrada de indígenas, integrantes majoritariamente da etnia *Warao*, oriunda da área do delta do Rio Orinoco, situado no nordeste da Venezuela; e solicitantes de refúgio não-indígenas, provenientes em sua maior parte de cidades do sul venezuelano, como Ciudad Bolívar, mas também de outras regiões do país vizinho. A clara distinção entre os modos de vida desses dois grupos — o primeiro, até as gerações mais recentes, vivendo imerso em sua cultura indígena, e o segundo claramente urbano e ocidentalizado — provoca a necessidade de diferentes pesos e medidas ao planejar o espaço e logística dos abrigos.

Quanto aos locais de acolhimento, com esse influxo de pessoas durante os anos de 2017 e 2018, antes da federalização da questão, era comum ver nas notícias fotos e relatos de praças e ruas na cidade de Boa Vista, como a Praça Símon Bolívar, repletas de venezuelanos vivendo em situação de rua. Tal situação tornou-se comum na cidade, que com 375.374 habitantes (segundo estimativas do IBGE), nunca havia convivido com essa realidade. Para dar conta desta demanda, novos abrigos começaram a surgir de forma improvisada, em meio à malha urbana, ocupando edificações de maior porte, como ginásios de bairro, igrejas e prédios públicos subutilizados. A maior parte dos abrigos situa-se em bairros centrais, junto a casas térreas unifamiliares e estabelecimentos comerciais de pequeno porte. Inicialmente, devido à sua origem emergencial e desordenada, essas iniciativas se mostravam ainda mais precárias do que atualmente. Foi nesse momento que surgiram os primeiros abrigos, como Pintolândia, dedicado à população indígena, e Tancredo Neves, atualmente ocupado por casais sem filhos e solteiros.⁴

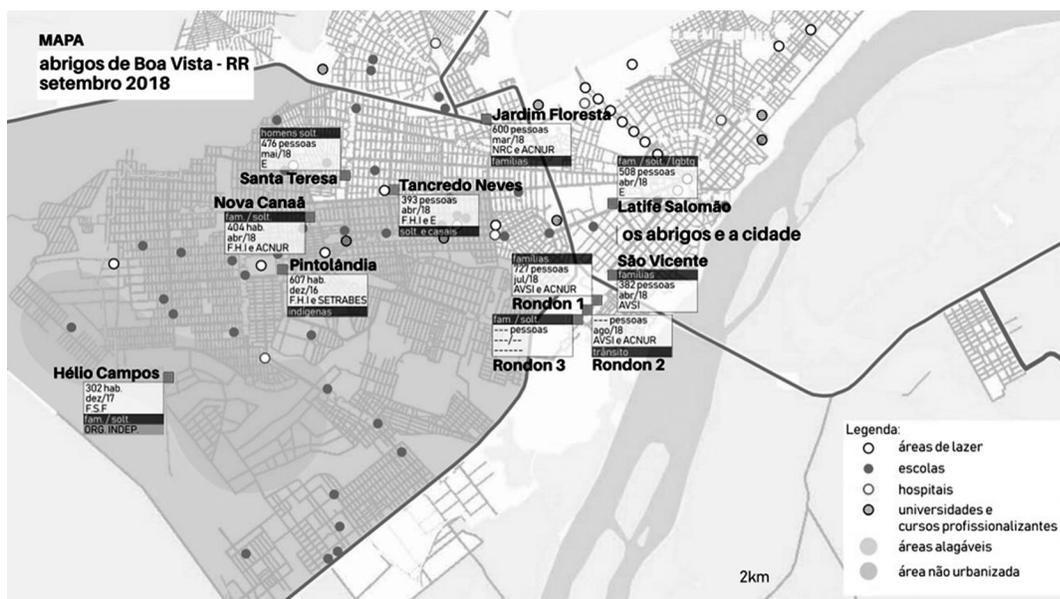


FIG. 3:

Mapa da implantação dos abrigos na cidade de Boa Vista elaborado a partir de dados da PF, ACNUR e Google Maps, em setembro de 2018.

Fonte: Mapa elaborado pela autora.

3. ABRIGOS E CIDADE

Em função das 32 áreas de reservas indígenas presentes em Roraima, entre as quais a Yanomami e a Raposa Terra do Sol, disputadas por empresas extrativistas de minério e madeira, as Forças Armadas e o governo federal, juntamente com as organizações internacionais, optaram por estabelecer os abrigos na própria cidade de Pacaraima e em Boa Vista, capital do Estado, onde se concentra a maior parte da infraestrutura e equipamentos públicos, bem como aeroporto e rodoviária que ajudam na articulação do programa de interiorização.

O fato dos abrigos de Boa Vista e Pacaraima encontrarem-se dentro do tecido urbano é um diferencial positivo, a princípio, frente a casos mais comuns de campos de refúgio apartados de cidades próximas, levando ao isolamento daqueles que ali habitam. Ao longo desse texto o contexto de implantação será levado à tona; ora positivamente, ora com observações críticas.

Ao todo, Boa Vista e Pacaraima possuem treze abrigos, sendo dois de trânsito rápido e apoio ao exército. Em Boa Vista encontram-se: Pintolândia, Tancredo Neves, Jardim Floresta, Nova Canaã, Santa

Teresa, Latife Salomão, Rondon 1, Rondon 2, Rondon 3, Hélio Campos e São Vicente. Já em Pacaraima: Janokoida e o abrigo de apoio de trânsito do exército, junto à estrutura de triagem. Na visita realizada em setembro de 2018, foi possível visitar dez dos treze abrigos existentes, sendo oito em Boa Vista e dois instalados em Pacaraima.

O plano de urbanização de Boa Vista, projetada pelo engenheiro urbanista carioca Darcy Aleixo Derenusson, data da década de 1940, quando o estado de Roraima ainda era território federal. Seu traçado conta com um sistema radial às margens do Rio Branco, simbolizando a união territorial naquele período de pós-guerra, expressando o encontro dos povos do norte do país. Inspirado em modelos europeus, a cidade conta com avenidas largas e extensas que circundam uma grande praça cívica onde concentram-se as figuras do poder local: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Na década de 1990, com a desativação de garimpos e o crescimento da migração intra e interestadual, sobretudo após os incentivos do período da ditadura — como a abertura de estradas e entrega de terras dentro da política “integrar para não entregar” —, houve uma expansão desordenada da área urbana

de Boa Vista, que perdura até os dias de hoje com a crescente urbanização das cidades amazônicas. Isso levou ao surgimento de novos bairros e diversos loteamentos irregulares, muitos sem a infraestrutura adequada, expondo claramente as diferenças sociais entre a região planejada e aquelas que não foram. Alguns abrigos evidenciam essa situação, já que, embora inseridos na malha urbana, não se encontram na área planejada, sofrendo sérios problemas de saneamento, sobretudo em função da concentração de uma média de 400 a 500 pessoas por abrigo, como exposto na fig. 3.

Mesmo sendo uma cidade planejada, o que a princípio propiciaria um bom plano de mobilidade, percebe-se pouco investimento no sistema de transporte público de Boa Vista, baseado essencialmente em uma frota de ônibus insuficiente frente à expansão da cidade e que oferece tarifas caras demais para a média de renda da maior parte da população. Em função disso, muitos habitantes optam pelo uso de motos e bicicletas — transportes individuais de custo mais baixo que um carro —, visto que uma parte considerável de Boa Vista conta com uma malha cicloviária razoável, ligando os arredores à região central. Os refugiados não se encontram fora desse contexto, como bem demonstrado pela presença de bicicletários cheios na entrada de diversos abrigos. A bicicleta, nesse cenário, traz certo grau de liberdade ao usuário, pois auxilia na procura de emprego ou possibilita algum tipo de geração de renda, mobilidade e interação social.

É impossível ignorar o fato de que a posse de uma bicicleta tem um caráter transformador nessa situação de incertezas, representando fisicamente um investimento de melhoria na condição de vida flutuante de um refugiado. O mesmo pode ser dito em relação a outros objetos, como um celular, por exemplo, com o qual é possível se estar inserido em uma rede para além do espaço físico. Por esse motivo, há uma boa quantidade de tomadas para carregadores de celular nos abrigos, além de programas de telecomunicação que possibilitam aos solicitantes ligar de graça para seus familiares que permaneceram na Venezuela.

Retornando à influência do espaço físico de Boa Vista no dia a dia dos abrigados, outro fator de extrema importância é o

clima, sobretudo a temperatura média. Situada em meio à savana amazônica, a capital de Roraima apresenta um clima tropical úmido, com um inverno seco e verão chuvoso. Apesar da temperatura média variar entre 22°C e 35°C, a sensação térmica durante boa parte do ano é bem mais alta, em grande parte devido à grande umidade ou à intensa seca. Pacaraima, por outro lado, tem um clima mais ameno e fresco. Próximo à serra, oferece uma condição climática melhor para a instalação dos abrigos, mas possui uma rede de infraestrutura bem mais precária que a capital, já que é um município essencialmente rural. Essas características deveriam ser um fator relevante na escolha de tendas e materiais utilizados na concepção dos abrigos.

O sol forte e as chuvas intensas, aliados à já comentada urbanização precária em diversos bairros, afeta não somente as vias e calçadas, como também os abrigos, que sofrem com alagamentos recorrentes, como o São Vicente e o Pintolândia. A ausência de sistemas de drenagem leva à danificação de objetos pessoais, de tão grande valor nesse contexto, e o caráter provisório das estruturas leva à redução da vida útil das tendas, devido às intempéries.

Para reduzir os danos, o ACNUR havia providenciado, no caso do São Vicente, especificamente, decks de madeira para suspender as tendas de lona, bem como instalado *overlays* (estruturas temporárias de cobertura muito comuns em eventos de grande porte como congressos e festivais de música) para cobrir boa parte da área ocupada, de forma a preservar por mais tempo os materiais implantados nas estruturas do abrigo. Esse é um exemplo muito objetivo de como o projeto, tanto arquitetônico quanto gerencial, influencia em apropriações e improvisos para melhor habitar o abrigo. Contudo, essas melhorias restringiram-se ao espaço dos abrigos e, ainda hoje, pouco é feito na cidade, onde há muitos migrantes em situação de rua e onde a chuva e o sol também são inclementes. A realização de melhorias em relação ao abrigo urbano não deveria, na verdade, ter em mente apenas essas pessoas, mas também moradores locais e todos os refugiados, incluindo os abrigados, que vivem o dia a dia de andarilho, em suas bicicletas ou a pé, buscando oportunidades pela cidade.

4. O ESPAÇO E A CASA: ESTRUTURAS DO HABITAR

O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. (PALLASMA, 2017, p.14).

Assim se apresenta uma das primeiras frases do livro "Habitar", escrito pelo arquiteto finlandês Juhani Pallasma. Habitar qualquer espaço é parte do ato de existir; logo, falar sobre essas ações involuntárias ao ser humano — existir e habitar — é essencial ao pensar sobre os refúgios, sobretudo porque o objetivo primal de um espaço tridimensional construído, como são as tendas, casinhas e barracas dos campos de refugiados, é o abrigo de quem nele está.

Seguindo protocolos internacionais definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o espaço mínimo habitável para uma pessoa é de 3,5 metros quadrados. Esse parâmetro, a princípio, deveria nortear todos os habitáculos usados em situações emergenciais e de crise humanitária em todo o mundo, adquirindo as mais diferentes formas arquitetônicas.

À época da visita realizada a Roraima, eram usadas nos abrigos sete estruturas diferentes para acomodações de grupos sociais distintos (famílias, casais sem filhos e solteiros). As diferenças de adaptação ao clima e as necessidades de cada grupo eram claras. Dentre os modelos, verificamos desde aqueles utilizados por militares na selva, em campanhas ou pela defesa civil (denominadas "barracas igrejinha"), passando pela tenda padrão do ACNUR, com pé-direito máximo de 1,5 metros, até o redário dos abrigos indígenas e a chamada "cassinha" ou abrigo Better Shelter.

O projeto do Better Shelter foi vencedor do prêmio Design of the Year (Design do Ano) de 2016, na categoria Arquitetura, organizado pelo Museu do Design de Londres. Esse abrigo *high-tech* é financiado pela IKEA Foundation, fundação escandinava associada à empresa sueca de mobiliário. A ideia por trás do Better Shelter é simples: um abrigo com aspecto de uma casa do imaginário popular, ou seja, ainda que provisório, tem o apelo de um lar. Entregue em caixas retangulares, a estrutura pode ser montada em até seis horas por apenas oito mãos, segundo o

catálogo. O módulo consiste em uma área construída de 17,5m², sustentada por um esqueleto de metal resistente, revestido por mantas sanduíche de lona e espuma, com capacidade para abrigar uma família de até cinco pessoas.

Seu nome, traduzido de maneira literal para português como "abrigo melhor", reflete seus preceitos: nessa "cassinha" é possível ficar de pé, diferentemente das tendas com pé-direito baixo; sua opacidade mantém a privacidade de seus habitantes, adquirindo, supostamente, o princípio de *firmitas* da tríade vitruviana; e possui uma porta com fechadura, que a rigor, daria maior segurança aos abrigados. Seria essa a diferença de um teto para uma casa? Uma porta com fechadura? A inovação no projeto, levando em conta sobretudo a dignidade humana, é clara quando comparado às demais opções de abrigo.

Contudo, as "cassinhas" se mostram extremamente apartadas da realidade de Roraima, em plena Amazônia. Elas são muito fechadas, com pouca ventilação e iluminação natural (embora contenham uma miniplaca solar que alimenta uma única lâmpada em seu interior), fazendo com que a temperatura interna chegue em torno de 40°C no verão brasileiro. A partir de algumas imagens realizadas durante a viagem, pode-se observar que durante o dia os abrigados preferem ficar na parte externa, utilizando a sombra das construções para proteger-se do sol, em função da falta de conforto térmico em seu interior.

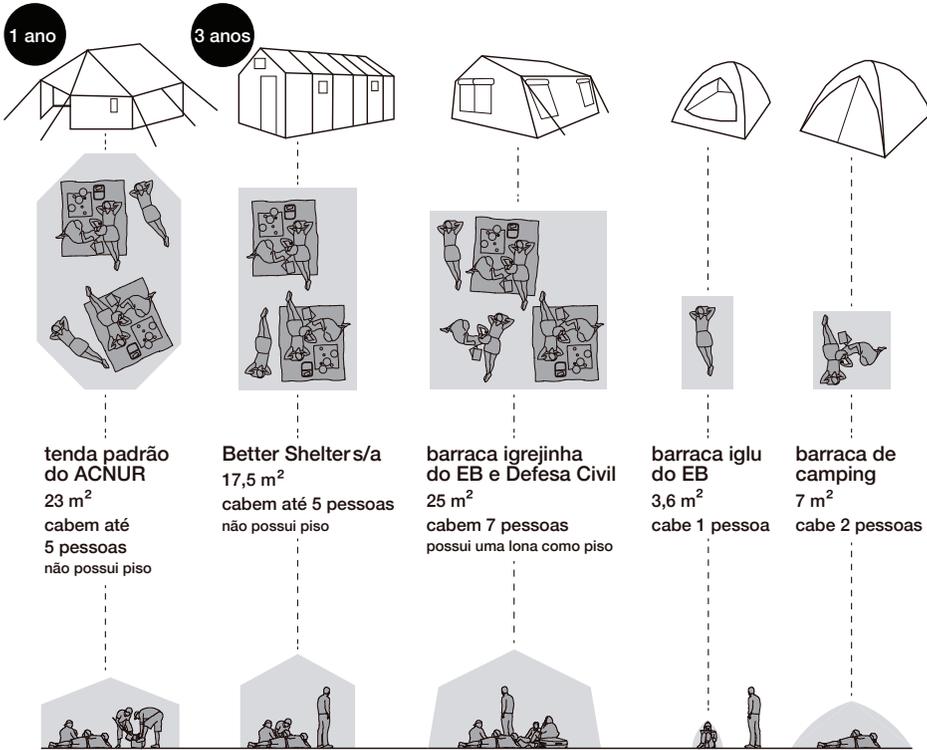
São diversas as críticas a esse modelo, entre as quais estão: a falta de versatilidade, em função de ser um módulo pronto e estaque, seguindo o padrão IKEA⁵; a ausência de piso, sobretudo no caso de Boa Vista e Pacaraima, que sofre com estações chuvosas e problemas de drenagem; e o fato de sua lógica implicar no transporte de toneladas de plástico e metal pelo globo, sem nenhum plano de descarte.

De todo modo, a população abrigada tem maior receptividade a esse modelo do que às tendas. Afinal, parece uma casa, com telhado de duas águas. "Uma casa longe de casa", como diz o slogan da empresa. Cabível quando muitas pessoas que estão nesses abrigos por tempos estiveram nas ruas.

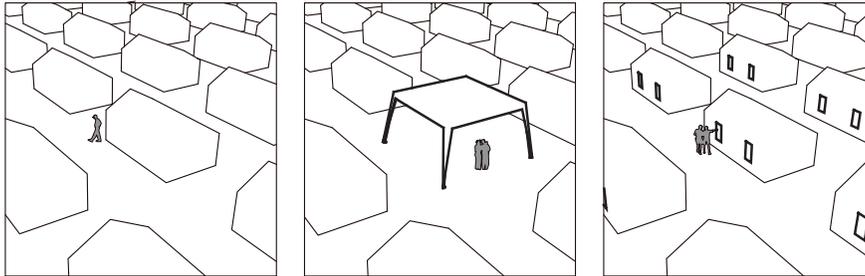
Segundo dados da Polícia Federal e da ONU, em janeiro de 2019, o número de

mínimo de 3,5 m² pessoa
segundo protocolo internacional
da ONU

o que será que define uma casa?



adaptações até agora nos campos Rondon conjunto de abrigos com mais de 3 mil pessoas



estrutura de overlay muito usada em eventos de curta duração como festivais, é usado como cobertura para fornecer algum tipo de sombra no descampado dos abrigos. de uso temporário, passa a ser um uso indefinido.

contêineres são adaptados para módulos de sanitário e lavanderia, contudo, devido à imensa demanda e a necessidade de soluções rápidas, acaba por não haver banheiros universalmente acessíveis, filas são constantes e, por serem dispostos de modo concentrado, o percurso até eles pode por vezes ser muito longo e escuro de noite, gerando vulnerabilidade.

problemas de drenagem levam à entrada de água no interior dos abrigos devido alagamentos, sobretudo no período de chuvas de julho à outubro. a umidade acaba por estragar os poucos objetos de posse e danificar aqueles que foram entregues diminuindo suas vidas úteis.



FIG. 4:

Representações das situações dos abrigos em Roraima a partir de dados do ACNUR, Better Shelter, Exército Brasileiro (EB) e Defesa Civil.

Fonte: Elaborada pela autora.

venezuelanos em Boa Vista era de cerca de 32 mil pessoas, isto é, cerca de 10% dos 375 mil habitantes da capital. A capacidade de acolhimento nos abrigos dispostos na cidade girava (e ainda gira) em torno de 6 mil indivíduos. Logo, conclui-se que cerca de 26 mil venezuelanos se encontram em situações adversas de habitação, incluindo as ruas, ocupações, aluguéis coletivos e outras.

A precariedade é uma questão real, seja nos abrigos ou fora. Nas visitas às instalações de acolhida foi possível perceber que quase todas seguem a mesma lógica espacial, independentemente do terreno em que se encontram: as habitações lado a lado, como se fossem ruas de acampamento militar; a concentração das infraestruturas junto aos muros e o uso de *overlays* para delimitar o espaço de vivência coletiva. Tudo é pensado de forma temporária, imaginando-se que os abrigados deveriam permanecer no máximo três meses. No entanto, já existem pessoas vivendo há mais de um ano e meio em alguns abrigos, sem perspectiva de mudança. Na verdade, o que se vê em Roraima é a reprodução de um modelo encontrado nos mais diversos campos e abrigos espalhados pelo mundo. Um resultado preocupante e pouco conhecido dessa realidade é o tempo de vida média no mundo de um refugiado em campos: 26 anos.

Como nos campos no Oriente Médio, Europa e outras regiões, os terrenos das unidades de acolhimento são sempre murados, assim como a maior parte das construções de Boa Vista, criando uma grande barreira física com a cidade. Se, por um lado, com isso cria-se maior privacidade e aparente segurança para os abrigados, por outro, é uma demarcação clara do controle que rege a gestão do abrigo, além de influenciar negativamente as relações entre os refugiados e a população local. Diferentemente do muro de uma casa, onde a escolha de ir e vir do morador é mantida, no abrigo a realidade é outra. Por serem responsáveis pela “tutela” dos abrigados, os gestores definem quem entra ou sai dos abrigos, criando uma sensação ambígua de proteção e aprisionamento.

No dia a dia, essa lógica de controle mostra-se necessária de acordo com o caráter de constante emergência e incerteza que permeia esses espaços, seguindo protocolos internacionais.

Contudo, ela também reduz a liberdade real de habitar um lugar, uma vez que há hora para entrar e sair sob vigilância de terceiros. Os abrigos mostram-se, portanto, como uma nova zona de fronteira a ser cruzada diariamente, mesmo que dentro de um espaço urbano.

A ocupação dos terrenos também segue esse mesmo princípio de vigilância. Com lógica militar e objetiva, os abrigos não divergem em nada dos campos de refugiados que conhecemos através da mídia — podendo ser, inclusive, chamados de campos⁶ — sendo os maiores deles: Rondon 1, Rondon 2 e Rondon 3, divididos apenas por um muro, e alojando juntos mais de 3 mil refugiados. Contíguo a essa grande estrutura há ainda o centro de interiorização, onde ocorre a triagem por onde passam aqueles que pretendem ir para outros estados do país.

Apesar dos terrenos terem formatos e dimensões diferentes, a lógica de implantação das malhas regulares permanece. Com tendas, casinhas e barracas colocadas de maneira ordenada e paralela, mantendo ruas entre elas, os afastamentos variam de acordo com a quantidade de células e a dimensão do terreno, mas a estrutura organizacional é sempre a mesma, mantendo abertura constante de visada, auxiliando na vigilância. O pensamento do espaço coletivo, em geral, resume-se ao espaço sob os *overlays*, especialmente valorizados nos ambientes pouco sombreados da maior parte dos abrigos. Essa estrutura efêmera funciona como uma praça, onde as crianças brincam sobre os colchões, mulheres pintam as unhas e arrumam seus cabelos, e os homens assistem televisão ou jogam baralho, ocupando parte do tempo ocioso à espera de um novo cenário num futuro incerto.

5. VIVER E HABITAR: TODO DIA

A visita a Roraima nos proporcionou analisar uma série de aspectos relativos ao abrigo temporário de refugiados — da organização espacial regular às unidades habitacionais e infraestruturas coletivas de apoio e vivências do cotidiano. Em cada unidade, pudemos observar como aquelas famílias se apropriavam da estrutura temporária oferecida e se

organizavam em relação a dinâmicas do cotidiano definidas pelas organizações responsáveis pelos abrigos.

Enquanto os diversos modelos de tendas e a estrutura Better Shelter ofereciam um lugar de relativa privacidade para os indivíduos e famílias dormirem, o resto da rotina era obrigatoriamente compartilhado — dos sanitários aos espaços de alimentação e lazer. A questão da alimentação foi o que mais nos impressionou, pois em diversas culturas — entre as quais a indígena —, a produção da alimentação faz parte da rotina familiar.

Em função da situação emergencial, entretanto, verificou-se que apenas quatro abrigos ofereciam a opção de cozinha comunitária — dois abrigos indígenas, com fogareiros para preparo do alimento segundo a cultura da etnia *Warao*; o abrigo Hélio Campos, localizado na zona rural e gerido por sistema de autogestão, comandado por uma jovem líder comunitária venezuelana; e o Latife Salomão, instalado em um grande espaço de eventos no centro da cidade, onde a cozinha é utilizada para produção de itens para venda, como bolos e doces. Em todos os demais, “quentinhas” eram fornecidas como alimentação por empresas locais com e levadas aos abrigos pelo Exército, o que gera um imenso descarte de embalagens, acumulando grande quantidade de lixo não reciclado. Como a comida é pouco variada e insuficientemente nutritiva para crianças e gestantes, este ano o ACNUR providenciou uma cozinha container para a complementação da alimentação infantil em alguns dos abrigos.

Compreende-se que o controle alimentar através de refeições prontas foi a forma mais prática e eficiente que o Exército Brasileiro, e demais entidades gestoras, encontrou para viabilizar alimento para todos os abrigados no momento inicial. Nota-se, entretanto, uma grande diferença entre os abrigos indígenas e Hélio Campos e os demais nessa questão. No caso dos dois primeiros, a produção da comida pelos próprios abrigados reforça os laços culturais, permite a cumplicidade e a troca entre as famílias, atentando para as variações culturais entre os habitantes. A cozinha coletiva proporciona, também, a produção

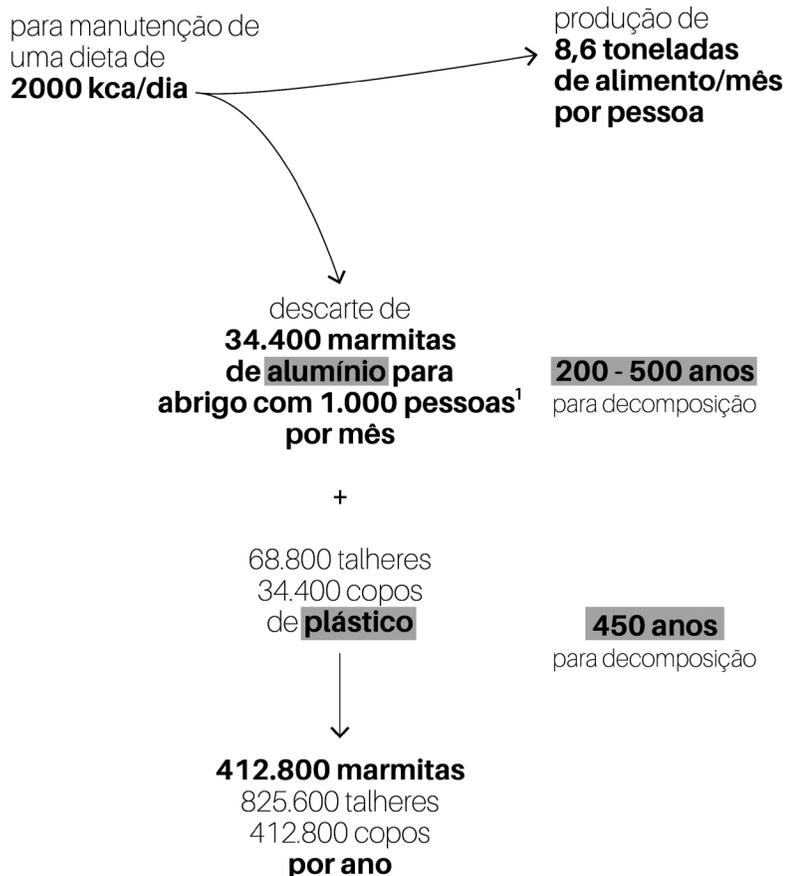
de alimentos que podem ser vendidos dentro e fora dos abrigos, gerando renda para os refugiados.

Sabe-se que a má gestão dos alimentos pode criar problemas de saúde e acúmulo de lixo orgânico. Além disso, as refeições prontas e embaladas em recipientes não recicláveis resultam em uma quantidade muito grande de lixo a ser retirado e levado diariamente a algum depósito, causando problemas para além da gestão dos abrigos. Embora o estado de refúgio seja, a princípio, temporário, o lixo resultante não é. Tudo que é dispensado permanece no espaço de descarte por décadas, talvez séculos. Isso vale não somente para vasilhas de refeições, mas também para tendas, colchões e demais objetos danificados pela precariedade, e que são descartados prematuramente.

Tratando-se novamente do aspecto social do cotidiano, acredita-se que a presença de espaços como a cozinha comunitária seja essencial para a melhoria na qualidade de vida desses locais, por gerar uma atividade diária, um local de encontro e um certo grau de independência para quem os usa. A ausência de espaços produtivos é claramente uma questão a ser abordada quando se trata de abrigos e campos de refugiados, visto que leva ao constante ócio, sobretudo em uma cidade com poucas oportunidades de emprego, o que é extremamente prejudicial à saúde mental dessas pessoas.

A situação de refúgio é, em sua essência, incerta. Tal suspensão do futuro é algo que pode acarretar diversos males psicológicos aos abrigados, como angústia, ansiedade e depressão, sobretudo quando a maior parte deles é composta por adultos em idade ativa, entre os 15 e 64 anos. Se, por um lado, dentro dos abrigos os refugiados recebem alimentação, teto e cuidados básicos de saúde, por outro, estão sob tutela das organizações que regem esses espaços e reféns de um futuro que não sabem como ou quando chegará.

A sensação de impotência é constante e piora com o passar do tempo e com a inatividade. Se, no caso dos adultos, o ócio forçado cria um clima de extrema vulnerabilidade pelos pontos já abordados, as crianças também sofrem com a falta de suas casas, seus amigos e familiares, sobretudo por estarem fora da escola, seja



¹ Caso do abrigo Rondon 3, o mais recentemente inaugurado.

| viver e habitar

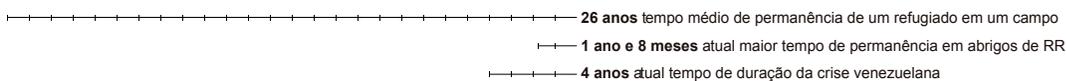


FIG. 5:

Esquemas das permanências nos abrigos e campos e fotografias tiradas na ocasião da missão da csvm à Roraima, em setembro de 2018. Pode-se observar a chegada de refeições prontas ao abrigo de Tancredo Neves na imagem à esquerda e a placa "Cuide, esta é sua casa/Cuida, es su casa" na cozinha coletiva do abrigo Latife Salomão.

Fonte: Esquemas elaborados pela autora e fotos do acervo próprio e da autoria de Vera Magiano Hazan.

organização:  preparatório: 

Para estudantes de graduação e pós-graduação em arquitetura, design, engenharia civil, serviço social, ciências sociais, direito, relações internacionais, letras, geografia, entre outros, incluindo refugiados, solicitantes e imigrantes.

ARQUITETURA HUMANITÁRIA

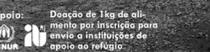
refúgio e acolhimento

evento preparatório UIA 2020 - Congresso Internacional de Arquitetos



06.08.19 9h - 17h | IAB-RJ
07.08.19 9h - 18h | DAU/PUC-Rio
08.08.19 9h - 18h | DAU/PUC-Rio
09.08.19 9h - 18h | DAU/PUC-Rio
12.08.19 as 18h | IAB-RJ

Para mais informações e inscrições: workshoparquiteturahumanitaria@gmail.com

apoio:  Doação de 1kg de alimento por inscrição para envio a instituições de apoio ao refúgio.



06.08.19

14h

exibição "Abrigos, Ruas e Ocupações em Roraima"

15h

encontro com Gheysa Moura (Ministério da Cidadania) - O atendimento social aos imigrantes venezuelanos | via Skype

16h

café e intervalo

16h30min

distribuição dos grupos e metodologia de trabalho

18h

encerramento das dinâmicas do dia

07.08.19

9h

exibição de filme "Zaatari: Memórias do Labirinto"

90 min | Documentário
 Concepção: Ana Cláudia Strelva | Direção: Paschoal Samora
 Produção: Grifa Filme, Nós e Gebrueder Beetz Film Produktion | Em coprodução com Globo Filmes, Globo News, Canal Brasil, ZDF e Arte

10h30min

debate sobre o filme

11h

café e intervalo

11h30min

conversa com Juliana Coelho - Arquitetura dos Abrigos

13h

almoço

14h

desenvolvimento dos trabalhos com participação de Juliana Coelho

16h

café e intervalo

18h

encerramento das atividades do dia

08.08.19

9h

encontro com o Prof. Rickson Rios (UFRJ) - Os indígenas refugiados e sua condição nos abrigos | via Skype

9h30min

organização dos grupos

10h

apresentação das primeiras ideias

11h30min

desenvolvimento dos trabalhos

13h

almoço

14h

desenvolvimento dos trabalhos

16h

café e intervalo

18h

encerramento das atividades do dia

Material para produção física será fornecido aos participantes

10 folhas A3 de papel manteiga e 1 impressão A0 por grupo



FIG. 6:

Divulgação, fotos e excerto do folder do workshop "Arquitetura Humanitária: refúgio e acolhimento" que ocorreu no IAB-RJ e no edifício IMA do DAU/PUC-Rio nos dias 6, 7, 8, 9 e 12 de agosto de 2019. Esse foi o primeiro de uma série de eventos sobre o tema entrelaçados à pesquisa a ocorrerem dentro da agenda oficial preparatória para o Congresso Internacional de Arquitetos, UIA 2020. As experimentações e questões levantadas na oficina foram expostas ao alto comissário do ACNUR para a América Latina, Federico Martínez, na ocasião do x Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro.

Fonte: Folder elaborado pela autora e fotos do acervo próprio e da autoria de Vera Magiano Hazan e Ângela Vasconcelos.

em função da diferença do idioma, seja pela falta de vagas nas instituições de ensino locais.

Contudo, em Boa Vista, segundo o governo de Roraima, mais de 5 mil alunos filhos de venezuelanos já estão estudando nas redes de escolas estaduais. Na área da saúde, 50% dos leitos hospitalares são ocupados por venezuelanos, muitos por problemas decorrentes da travessia da fronteira e subnutrição. Apesar disso, são preocupantes os casos de animosidade e xenofobia contrários ao trato humanitário e respeitoso ao imigrante.

A vida de refugiado é uma existência fluante, na qual poucas são as escolhas e as oportunidades, como, por exemplo, no caso da política migratória adotada pelo governo brasileiro, a interiorização, uma espécie de deslocamento assistido. Por um bom tempo, grande parte dos refugiados em Roraima não pretendia sair da proximidade da fronteira, por causa da possibilidade de pendular de um país ao outro, ou mesmo pela facilidade de remessa de valores aos familiares que permaneceram na Venezuela. Contudo, conforme a crise se arrasta, cada vez mais essas pessoas têm tomado a decisão de interiorizar-se, às vezes famílias inteiras e às vezes indivíduos sozinhos, na busca por possibilidades e de uma saída da inércia que parece pairar sobre os abrigos.

Assim como o ato de saída de seu país de origem, em um contexto de deslocamento forçado, é uma escolha necessária e corajosa, a interiorização não deixa de ser um salto no escuro. Um episódio que muito nos marcou foi quando, na visita a uma instituição religiosa de apoio ao refúgio, pudemos ver um grupo de jovens sentados ao redor de um mapa do Brasil. Estavam indo para o Rio Grande do Sul, onde uma prefeitura do interior havia aberto vagas para acolhê-los. Entretanto, o mapa que viam estava rasgado, restando apenas a porção ao norte do Mato Grosso do Sul. Por mais que buscassem, não achariam Pelotas, seu destino.

6. CONCLUSÕES

Enfim, é possível reconhecer o esforço despendido e as dificuldades enfrentadas para atender à uma demanda cada vez

maior de refugiados, sobretudo em um estado isolado e com pouca infraestrutura como Roraima. Também se compreende os entraves políticos, sociais e econômicos que engessam, e às vezes impedem, que essa situação delicada tome outra trajetória. Mas acredita-se ser possível rever alguns parâmetros, entendendo que não se pode utilizar os mesmos padrões para situações culturais, sociais e climáticas distintas. Nos abrigos não falta água, comida e lugar para dormir, mas suas ocupações foram pensadas e projetadas para situações de curta duração, o que não vem se concretizando.

Sob a ótica da arquitetura e urbanismo, percebe-se que existem três escalas de espaço a serem tratadas com urgência. A primeira se refere aos espaços públicos; a segunda, aos abrigos; e a terceira, às estruturas do habitar. Quanto aos espaços públicos, propostas de ativação coletiva poderiam criar interações entre a população local e os imigrantes. Restringir o trato do refúgio aos abrigos é negar o fato de que eles são parte do tecido social-urbano. Se organizações internacionais, como por exemplo, o Fé e Alegria, pudessem levar sua atuação através das artes e ensino para as ruas e praças, isso poderia contribuir positivamente para o estreitamento das relações e maior diálogo entre os diferentes segmentos.

Essa escala pública poderia ser pensada não apenas nos municípios de Boa Vista e Pacaraima, mas também nas demais cidades que estão recebendo refugiados. A arquitetura e o urbanismo poderiam se dedicar mais à questão do acolhimento e a propostas de espaços que proporcionem trocas e interação entre pessoas de diferentes perfis sociais, culturais e econômicos.

Com a crescente política de interiorização, tornam-se urgentes também propostas de habitação de interesse social, principalmente em espaços centrais e com infraestrutura, para atender aos imigrantes e demais extratos da população com necessidade de moradia, que também fariam uso da melhoria dos espaços coletivos da cidade. O estudo da situação migratória se mostra relevante para as áreas de Arquitetura e Urbanismo, portanto, tanto

do ponto de vista das edificações como do planejamento urbano.

Em relação aos abrigos, seria interessante repensar suas configurações a partir dos espaços de vivência coletiva, inclusive qualificando os que já foram propostos, de forma a permitir maior apropriação dos usuários. Uma lógica espacial a partir dos espaços livres, em vez de tendas, permitiria maior articulação entre os abrigados, com enriquecimento das vivências coletivas.

O investimento deve acontecer não apenas em lazer e educação (atualmente quase inexistentes), mas também em espaços produtivos que permitam o trabalho dentro dos próprios abrigos, seja pela independência de produzir artigos para venda, como ocorre nos abrigos indígenas com seu artesanato, seja para a melhoria do próprio abrigo, como acontece no Hélio Campos, onde há uma oficina de marcenaria e carpintaria que produz mobiliário para os moradores daquele lugar. A possibilidade de produzir e tornar-se novamente ativo é essencial para a autoestima e para o futuro dessas pessoas.

Tais possibilidades são importantes para compreender como as apropriações que já existem nesses abrigos e campos, e que também são observadas em outros pelo mundo, podem ajudar na melhoria desses espaços ao serem interpretadas e, possivelmente, implantadas. Uma referência significativa, nesse sentido, é o projeto Refugee Republic, um documentário interativo produzido pela Submarine Channel e De Volkskrant, lançado em 2014 no festival IDFA de documentários, em Amsterdã. O documentário busca compreender como ocorrem as dinâmicas diárias nos abrigos e campos, e é possível perceber até onde o desenho desses espaços abre portas, literal e figurativamente, para as pessoas que ali habitam. Compartilhamos desse objetivo para os ramos futuros de nossa pesquisa.

Por fim, a terceira e menor escala se refere às células habitáveis. Nos catálogos Shelter Projects do ACNUR, compilados a cada dois anos, foi possível verificar centenas de projetos já experimentados, entre os quais alguns que foram visitados em Roraima. Por um lado, esses projetos possuem a praticidade na montagem, a facilidade de manutenção e a durabilidade,

além do custo de produção, que também se mostram fatores relevantes, por outro, o que se percebe, tanto em Roraima como a partir da análise dos campos de refugiados na África e no Oriente Médio, é que esses modelos, quase sempre projetados por europeus, são inadequados à realidade e ao clima dos lugares em que são instalados.

Acredita-se que, a partir desse estudo de caso de Roraima, será possível contribuir para o debate quanto às formas humanitárias de se praticar arquitetura e para o estudo de propostas espaciais e de gestão mais ajustadas às necessidades locais. Com essa intenção, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do DAU/PUC-Rio (EMAU/DAU/PUC-Rio) trabalhou em propostas de intervenção e aprimoramento da situação de refúgio em Roraima em conjunto com o ACNUR e instituições humanitárias, sugerindo a criação de um laboratório experimental em arquitetura humanitária dentro da universidade. Um dos frutos desse processo ocorreu em agosto de 2019, com a primeira fase do workshop "Arquitetura Humanitária: refúgio e acolhimento", em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil — Rio de Janeiro (IAB-RJ) e do ACNUR. Integrando a agenda oficial do Congresso Internacional de Arquitetos, realizado pela União Internacional de Arquitetos (UIA), a ocorrer no Rio de Janeiro em 2020, o workshop e a pesquisa buscam alcançar seu objetivo de trazer à tona essa temática, levando a atuação da arquitetura à sua abrangência necessária.

NOTAS

1. Com o agravamento da situação econômica venezuelana, o poder aquisitivo dos migrantes tem reduzido, o que leva ao prolongamento desses estados de escala, na busca por levantar fundos para seguir adiante. Essa realidade não somente aumenta o número de migrantes que permanece no Brasil, mas também se acentua devido à crise econômica que o país enfrenta.
2. Embora com maior grau de instrução, ao entrar no estado de refugiado, o status social que vigia anteriormente o lugar do indivíduo perante a sociedade se perde. Validação de diplomas e aparência não oficial dos documentos entregues pelo governo brasileiro (uma simples folha sulfite A4 carimbada) ao solicitante de refúgio levam a imensas dificuldades de inserção.
3. Tal programa resume-se a uma estratégia de governo que visa pulverizar o contingente de refugiados venezuelanos pelo território brasileiro. Através de um cadastramento dos solicitantes, cria-se uma lista

de espera para sua transferência a outras unidades federativas do Brasil de acordo com a abertura de postos de trabalho. O traslado é efetuado por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), que saem em "lotação" de Roraima e pousam de estado em estado de acolhida. As vagas de empregos em geral surgem através de acordos da Organização Internacional para Migrações (OIM) e do governo federal com empresas, sobretudo indústrias. O objetivo final é desacentuar a saturação em Roraima, que acima de tudo não possui força econômica para absorver essa população. Ao mesmo tempo, fica evidente a intenção de diluir a crise, ao espalhar a população refugiada dentre nossos mais de 200 milhões de habitantes. Contudo, o fluxo de interiorização em muito está abaixo de intensidade do fluxo de chegada. A explicação é simples: a entrada somente depende da urgência do refugiado, ao sair de seu país em busca de uma situação melhor, enquanto a interiorização depende de acordos, burocracia e diplomacia.

4. As informações quanto à demografia e organização dos abrigos mudam a todo tempo. No mês de agosto de 2019, tivemos a informação de que não há mais abrigos para homens solteiros e que o local destinado a eles havia se tornado um abrigo para famílias. Sabemos que a intenção das autoridades, atualmente, é não criar mais abrigos, apenas manter os já existentes e prosseguir com a interiorização. A questão é que os ritmos de chegada e saída são extremamente descompassados.

5. A gigante sueca é conhecida pelos seus produtos que seguem a uma tríade: *DVI* (sigla em inglês para "faça você mesmo"), *flat boxes* (caixas chatas) e *guidelines* (um manual nos moldes da surpresa, como no caso do chocolate KinderOvo). Com o preço de €1150 (equivalente a R\$5.255,50), os abrigos Better Shelter são comprados em imensas levadas e transportados por contêineres para todos os cantos do mundo, onde serão montados de acordo com os *guidelines*.

6. O que diferencia um abrigo de um campo é uma discussão em pauta. Seria a localização, o contingente populacional, a gestão, o tempo de abrigo ou um conjunto dessas e outras análises que definiriam a denominação? Em nossa análise, consideramos a localização e o contingente populacional como as características definidoras. Os campos Rondon já se encontram em uma área menos urbanizada de Boa Vista e implantados lado a lado. Juntos apresentam mais de 3.000 abrigados, ou seja, uma escala bem maior que os demais abrigos. Além disso, voltando à questão do imaginário comum, são também aqueles que mais se assemelham ao que vemos em imagens dos grandes campos na Europa e no Oriente Médio. Diferenciar abrigo de campo mostra-se um debate de muito interesse inclusive pelo valor cultural das palavras: a primeira associa-se à reabilitação e ao temporário, já a segunda rapidamente vem acompanhada do termo "de concentração".

7. Há dados citados neste artigo que se referem à material coletado em campo por meio de entrevistas e informações cedidas, mas não publicadas, pelo comando da Operação Acolhida e governo da Roraima, sob o propósito de fomentar a pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS⁷

- ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: <www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: jul. 2019.
- BETTER SHELTER.ORG. **A home away from home**. Disponível em: <betershelter.org>. Acesso em: ago. 2018.
- CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- _____. **Walkscapes**. O Caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- COSTA, Emily. **Ocupações crescem e mais de 13 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em**

Roraima

G1 RR, Boa Vista, 28 jun. 2019. Disponível em: <g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/28/ocupacoes-crescem-e-mais-de-13-mil-venezuelanos-vivem-em-predios-abandonados-em-roraima.gh.html>. Acesso em: ago. 2019.

ESTARQUE, Marina. **Crise venezuelana cruza a fronteira em Roraima**. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/crise-venezuelana-cruza-a-fronteira-em-roraima/a-36734601>. Acesso em: ago. 2019.

GODINHO, Luiz Fernando. **Novo abrigo expande acolhimento de venezuelanos em Boa Vista**. **ACNUR Brasil**, Boa Vista, 23 de out. 2018. Disponível em: <www.acnur.org/portugues/2018/10/23/novo-abrigo-expande-acolhimento-de-venezuelanos-em-boa-vista/>. Acesso em: ago. 2019.

HAZAN, Vera Magiano; MENDONÇA, Adalton da Motta. **Habitar a rua e viver a cidade**. **4º Fórum Habitar**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <even3.blob.core.windows.net/anais/73051.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. **Crise migratória na América Latina. O caso da fronteira Brasil - Venezuela**. **Anais do XIX Congresso Brasileiro de Sociologia**, Florianópolis-SC, jul. 2019. Disponível em: <www.sbs2019.sbsociologia.com.br/simposio/public>. Acesso em: ago. 2019.

IBGE. **Pacaraima**. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: ago. 2019.

IBGE. **Boa Vista**. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: ago. 2019.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade — Ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MAZZANTI, Giancarlo. **Arquitectura de Inclusión Social**. Montevideo: Universidad de la Republica, 2013.

MÉDICOS SEM FRONTEIRA. **Venezuelanos em Roraima: a luta de migrantes e solicitantes de asilo no norte do Brasil**. Disponível em: <msfbrasil.exposure.co/venezuelanos-em-roraima>. Acesso em: ago. 2019.

NETO, Helion Póvoa. **O Erguimento de Barreiras à Migração e a Diferenciação dos "Direitos à Mobilidade"**. **REMHU — Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v.16, n.31, 2008.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

R4V. **Coordination platform for refugees and migrants from Venezuela**. Disponível em: <r4v.info/en/situations/platform>. Acesso em: ago. 2019.

RORAIMA recebe leva de imigrantes após nova crise. **Estadão Conteúdo**, São Paulo, 2 maio 2019. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/05/02/interna_internacional,1050594/roraima-recebe-leva-de-imigrantes-apos-nova-crise.shtml>. Acesso em: ago. 2019.

SASSEN, Saskia. **Não é imigração, é expulsão**. Entrevista concedida a Jorge Félix. **Ponto-e-Vírgula**, Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais da PUC-SP, n.18, p.171-179, 2015.

SCOTT-SMITH, Tom. **A slightly better shelter**. Disponível em: <limn.it/articles/a-slightly-better-shelter/>. Acesso em: nov. 2018

UNHCR. **Situation Overview IV: Venezuelan asylum seekers and migrants living outside of shelters**, Boa Vista city — October 2018. Disponível em: <reliefweb.int/report/brazil/situation-overview-iv-venezuelan-asylum-seekers-and-migrants-living-outside-shelters>. Acesso em: ago. 2019.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
juliadequeiroz.br@gmail.com